
Tiago Osiro Linhar
Heriberto Ruiz Ponce

DO DUALISMO CRISTÃO AO RACISMO: UMA LÓGICA DE DOMINAÇÃO/ DEL DUALISMO CRISTIANO AL RACISMO: UNA LÓGICA DE DOMINACIÓN/ FROM THE CHRISTIAN TO THE RACISM DUALISM: A LOGIC OF DOMINATION

Resumo:

O presente texto traz à luz elementos que ajudam a pensar o racismo como um fenômeno intrínseco à cosmovisão da cristandade europeia. Partindo dessa perspectiva, afirmamos também que a ascensão da Europa ocidental, como centro da geopolítica mundial, só foi possível pela lógica cristã/dualista da dominação e da exploração racial. Para sustentar os argumentos, traçaremos um percurso que inicia com a construção de uma identidade europeia fundamentada na cristandade. Em seguida, voltaremos às origens da versão do cristianismo que absorveu fortes elementos do dualismo helênico, cujo resultado foi a divisão da integralidade humana em corpo e alma, entendimento que determinou a “classificação racial” no período colonial (corpos racializados, logo não possuem almas). Por fim, tomaremos o racismo como mecanismo fundamental para o funcionamento da geopolítica moderna, a qual, inaugurada no século XIX, dividiu cartograficamente o mundo em centro e periferia.

Palavras-chave:

Racismo; Geopolítica; Dualismo; Cristianismo.

Resumen:

El presente texto saca a la luz elementos que ayudan a pensar el racismo como un fenómeno intrínseco a la cosmovisión de la cristiandad europea. Desde esta perspectiva, afirmamos también que el ascenso de Europa occidental como centro de la geopolítica mundial solo fue posible gracias a la lógica cristiana/dualista de dominación y explotación racial.

Para sustentar los argumentos, trazaremos un recorrido que comienza con la construcción de una identidad europea fundamentada en la cristiandad. A continuación, nos remontaremos a los orígenes de la versión del cristianismo que incorporó fuertes elementos del dualismo helénico, cuyo resultado fue la división de la integralidad humana en cuerpo y alma, entendimiento que determinó la “clasificación racial” en el período colonial (cuerpos racializados, por lo tanto, carentes de alma). Por último, consideraremos el racismo como un mecanismo fundamental para el funcionamiento de la geopolítica moderna, la cual, inaugurada en el siglo XIX, dividió cartográficamente el mundo en centro y periferia.

Palabras clave:

Racismo; Geopolítica; Dualismo; Cristianismo.

Abstrac

This text brings to light elements that help to think of racism as a phenomenon intrinsic to the worldview of European Christianity. From this perspective, we also affirm that the rise of Western Europe, as the center of world geopolitics, was only possible by the Christian/dualist logic of racial domination and exploitation. In order to support our arguments, we will outline a path that begins with the construction of a European identity based on Christianity. Hence, we will return to the origins of the version of Christianity which embodied strong elements of Hellenic dualism, the result of which was the division of human integrality into body and soul, an understanding that determined the "racial classification" in the colonial period (racialized bodies, therefore they do not have souls). Finally, we will understand racism as a fundamental mechanism for the functioning of modern geopolitics, which, began in the nineteenth century, cartographically divided the world into center and periphery.

Keywords: Racism; Geopolitics; Dualism; Christianity

Introdução

São extremamente limitadas, para não dizer ingênuas, as discussões que tomam o racismo como um sintoma exclusivamente brasileiro. Na mesma medida de ingenuidade estão as leituras que compreendem tal fenômeno como um problema inerente a toda humanidade, o qual seria superado por etapas diacrônicas, cujos povos dos países “desenvolvidos” (os europeus, ou os estadunidenses) estariam em melhores condições para combatê-lo. Estas não são mais que reflexões rasas cuja consequência termina por omitir as verdadeiras origens e manutenção desse mal. Assim sendo, em contrapartida ao que se debate atualmente acerca do tema, este texto traz argumentos que ajudam a pensar o racismo como um produto da subjetividade cristã.

Nem uma outra religião (ou cultura) do mundo tomou a distinção da cor da pele como um determinante humano.^[1] Além disso, nem mesmo o próprio cristianismo (em sua versão hebraica, ou primitiva) entendeu que pudesse existir uma substância que é corpo (castigo) e outra que é alma (salvação). Não foi senão dessa premissa – a qual emergiu do sincretismo entre o pensamento helênico e o cristianismo hebraico, formuladas pelos padres gregos em Alexandria – que configurou o dualismo da cristandade (assimilado por toda a Europa) e, por conseguinte, as distinções humanas, entre um eu superior e um outro inferior, medidas pela cor da pele.

[1] Levando em conta que a “classificação racial” e o “racismo” são fenômenos que surgiram com a modernidade, afirmo que a única religião racista do mundo é a cristandade por ser justamente (como sustenta o presente texto) a força motriz que impulsiona entendimentos dualistas, os quais estabeleceram (com a modernidade) inferioridades e superioridades humanas mensuradas pela cor da pele.

Portanto, desde a separação entre o corpo e a alma, passando pela identificação europeia com essa versão helênica do cristianismo, foi gestando-se, no horizonte da premissa eurocêntrica, aquilo que no período colonial será consumado como *classificação racial*. Não por outros motivos, aprofundar o tema do racismo seguindo esta senda, conduz-nos, inevitavelmente, ao âmbito do sagrado. Partindo dessa perspectiva, é possível afirmar que racismo e cristianismo se encontram intimamente ligados.

Afirmar esta que não é difícil sustentar. Pois os próprios templos celebram, por intermédio das representações das entidades sagradas, a “superioridade” branca. Ademais do racismo conservado no imaginário cristão (não só entre os católicos, mas em todas as vertentes do cristianismo moderno), a história recente ajuda-nos a respaldar ou mesmo avalizar essa afirmativa. Em âmbito europeu, as manifestações de ódio racial aconteceram justamente na nação que originou a Reforma protestante, assim como no país que sedia o catolicismo moderno.

Em uma palavra, nazismo e fascismo não poderiam eclodir em outros lugares senão na Alemanha e na Itália. Ainda que tais evidências nos estejam escancaradas, não deixa de ser um desconforto (para nós cristãos) o fato de o racismo estar arraigado ao mais sagrado que acreditamos possuir, ou seja, à nossa religiosidade.

Para esmiuçar o exposto até aqui, traçaremos, nas páginas que seguem, o trajeto que converteu a cristandade europeia no principal pilar de um projeto racista de dominação geopolítica. Para todos os efeitos, o cristianismo (em âmbito europeu) não surgiu como uma religião propriamente dita. Na Europa ocidental, o fenômeno começou a ser assimilado, durante o período Medieval, como uma referência identitária que demarcou a separação dos europeus com os muçulmanos.



Criando, para fins políticos, um sentimento de homogeneidade (o qual os uniam contra os muçulmanos), mas que no fundo servia para justificar a exploração dos camponeses pelas outras duas classes que eram as dominantes (a nobreza e o clero).

Não obstante, o cristianismo converteu-se rapidamente em uma identidade geral daqueles povos. Esta identidade consolidou-se como uma cultura de dominação, a mesma que impulsionou os imperialismos ocidentais (que vão da colonialidade executada pelos países ibéricos à atual, embora decadente, hegemonia estadunidense). Sem precedentes na história, os cristãos da Europa ocidental inauguraram uma nova lógica de “desenvolvimento”, baseada, além do extrativismo ambiental, na dominação e destruição de outros povos e culturas.

Refutando, assim, a ideia de que o capitalismo (por si só) seja o elemento determinante da lógica da dominação ou da exploração,

propomos uma leitura acerca da cosmovisão cristã como a principal responsável por engendrar toda a geopolítica moderna.

A partir da qual, presumindo-se centro, a Europa reconfigurou todo o sistema mundial que condicionou continentes inteiros (com os povos de raças supostamente inferiores) a serem suas periferias exploráveis. Em uma palavra, assim como o racismo só existe por intermédio da cosmovisão da cristandade, a dominação de ordem geopolítica foi possível somente por conta do racismo.

1 Identidade cristã europeia e a construção discursiva da homogeneidade

Embora, no século VIII, a iniciativa dos monges morenos do sul da Europa – ou seja, os latinos da ordem de São Bento – tenha sido, à primeira vista, levar aos bárbaros habitantes dos bosques germânicos ensinamentos para trabalhar a terra,^[2] não foi através do trabalho que a Europa cristã logrou prosperidade.

[2] Las frías selvas sombrías teutónicas, que son como el ‘caos’ originario, el ‘estado de naturaleza’, serán moldeadas por el ‘orden’ (la ‘Orden’ de los benedictinos) de los morenos latinos del sur. Ellos talarán los árboles para producir la cosecha del trigo en el claro del bosque (la *Lichtung* heideggeriana), destruyendo las inmensas coníferas adoradas como dioses. Un ‘orden’ se impone sobre el ‘caos’ de la barbarie nórdica rubia germánica. ¡Hay que comenzar todo desde un nuevo inicio! (DUSSEL, 2007, p.97).

Pelo contrário, a atividade laboral esteve longe de ser o fator determinante para a cultura que mais tarde se despontaria como uma hegemonia imperial de dominação “universal”. No entanto, a identificação da Europa ocidental com a cristandade, no período Medieval, é fundamental para compreendermos como a construção de uma identidade especificamente europeia começou a ser gestada em termos cristãos.

Por intermédio da suposta religiosidade, constituiu-se um sentimento de homogeneidade o qual unia um povo dividido por enormes diferenças sociais; ao mesmo tempo em que se configuravam as relações dualistas de um eu europeu que se distinguia do outro da exterioridade, o não europeu e não cristão. Estabelecia-se, no seio da Europa, o dualismo de uma cristandade intolerante que encontrou nos muçulmanos a representação de algo que mais tarde seria tomado por inferioridade humana.

Não obstante, os povos islâmicos estiveram muito à frente dos europeus em termos tecnológicos, científicos e civilizatório durante todo o período que ficou conhecido como a “Idade das Trevas”. Assim, pode-se dizer que a Europa foi, por vários séculos, uma espécie de periferia do mundo islâmico. Motivo que os levariam, ainda no começo do período medieval, a definirem-se “negativamente frente ao Islam”. No entanto, ainda que emergida como uma identidade negativa, para os europeus “o ‘eu’ [cristão] representava tudo o que era bom e justo, enquanto o ‘outro’ [islâmico] era imaginado como o contrário, o mau e o indesejável” (HOBSON, 2006, p.156).^[3]

Essas construções discursivas de fundo cristão foram fundamentais para que o sistema econômico e político feudal^[4] se sustentasse, assim como para forjar alteridades humanas dentro do entendimento da cristandade ocidental. Em resumo, a operação consistiu em criar uma ameaça exterior para fundar um sentimento de unidade contra um inimigo em comum.

[3] Tradução nossa. Na edição em espanhol: “[...] el ‘yo’ representaba todo lo que era bueno y justo, mientras que el “otro” era imaginado como lo contrario, lo malo y lo indeseable”.

[4] Não é demais assinalar que o feudalismo foi um fenômeno única e exclusivamente Europeu.

Portanto, mais que uma religião, a identidade cristã na Europa ocidental, emergiu com duas funções sociais que se retroalimentavam: legitimar a exploração interna e fomentar a intolerância aos muçulmanos. Nessa perspectiva, Hobson argumenta que

A Europa não era uma entidade harmoniosa, mas estava dilacerada por conflitos internos muito profundos: entre camponeses e nobres, entre nobres e soberanos, entre soberanos e clero, entre soberanos e papas, ou entre papas e titulares do Sacro Império Romano. Portanto, não havia homogeneidade intrínseca. A única maneira de forjar uma identidade única era construir um "outro" externo contra o qual um "eu" homogêneo pudesse ser construído (HOBSON, 2006, p.155-156).^[5]

A fabricação desta identidade que os uniam fora imprescindível no momento em que as invasões^[6] à Europa cessaram, e, por consequência de uma paz prolongada, os exércitos medievais já não tinham as mesmas funções bélicas que garantiram a proteção territorial em tempos de invasão. As classes superiores (principalmente a nobreza) estavam, portanto, fadadas a perderem seus privilégios.

[...] uma vez que os desafios militares começaram a diminuir sua pressão por volta do ano 1000, o problema central passou a girar em torno da necessidade de legitimar aquela economia, já que envolvia uma relação social altamente desigual entre nobres e camponeses. Consequentemente, uma vez que a paz voltou e os nobres não puderam mais justificar a exploração dos camponeses, fornecendo-lhes a proteção militar necessária, o sistema estava fadado a perder sua

[5] Tradução nossa. Na edição em espanhol: "Europa no fue una entidad armónica, sino que se vio desgarrada por conflictos internos muy profundos: entre campesinos y nobles, entre nobles y soberanos, entre soberanos y clérigos, entre soberanos y papas, o entre papas y titulares del Sacro Imperio Romano. Por consiguiente, no existió una homogeneidad intrínseca. El único modo de forjar una sola identidad fue construir un 'otro' externo frente al cual pudiera construirse un 'yo' homogéneo".

[6] Essas invasões consistiam apenas em pequenos saques e eram praticadas por grupos advindos do oriente, em especial, os hunos e os avaros.

legitimidade. Assim, a exploração do campesinato tinha que parecer “natural”. Esse fenômeno esteve intimamente relacionado ao processo pelo qual a *identidade* europeia foi construída ou inventada (HOBSON, 2006, p.155).^[7]

Para todos os efeitos, foi necessária a invenção de uma identidade com os valores morais que a cristandade garantia, a fim de continuar as explorações que eram exercidas contra os camponeses, os quais mantinham os privilégios dos cavaleiros ou nobres e também do clero. Portanto, “[...] a construção da Europa como a cristandade foi o requisito essencial para criar a ordem e dar legitimidade ao sistema econômico e político feudal, marcado por uma enorme desigualdade [...]” (HOBSON, 2006, p.162).^[8]

O discurso necessário para evitar o desmantelamento das estruturas do sistema feudal fora formalizado com o *Decreto das Três Ordens*,

o qual

Afirmava que Deus havia atribuído à humanidade três tarefas distintas. Essas tarefas eram, em ordem decrescente, rezar pela salvação de todos (bispos e padres); lutar para defender a todos (os cavaleiros ou nobres); e trabalhar para suprir os recursos necessários à manutenção dos dois primeiros grupos (os camponeses)” (HOBSON, 2006, p.163).^[9]

Ademais do teor oficial de tal decreto, segundo levantamentos de Hobson, o discurso que garantia as duas funções sociais elaboradas no período Medieval, foram postas da seguinte forma:



[7] Tradução nossa. Na edição em espanhol: “Pues una vez que los retos militares empezaron a disminuir su presión en torno al año 1000, el problema central paso a girar en torno a la necesidad de hacer que aquella economía pareciera legitima, dado que comportaba una relación social sumamente desigual entre nobles y campesinos. Por consiguiente, una vez que volvió a reinar la paz y que los nobles no pudieron seguir justificando la explotación de los campesinos con el pretexto de que les proporcionaban la protección militar necesaria, el sistema estaba condenado a perder su legitimidad. De ese modo, era preciso que la explotación del campesinado pareciera “natural”. Este fenómeno estuvo íntimamente relacionado con el proceso en virtud del cual se construyó o inventó la identidad europea”.

[8] Tradução nossa. Na edição em espanhol: “[...] la construcción de Europa como la cristiandad fue el requisito imprescindible para crear el orden y dar legitimidad al sistema económico y político feudal, marcado por una enorme desigualdad [...]”.

[9] Tradução nossa. Na edição em espanhol: “Afirmaba que Dios había asignado a la humanidad tres tareas distintas. Dichas tareas eran, en orden descendente, orar por la salvación de todos (obispos y sacerdotes); luchar para defender a todos (los caballeros o nobles); y trabajar con el fin de suministrar los recursos necesarios para el mantenimiento de los dos primeros grupos (los campesinos)”.

[...] era simplesmente “a vontade de Deus” que os camponeses estivessem a serviço dos nobres e dos padres. Desta forma, o catolicismo e a entelúquia do cristianismo cumpriram duas funções sociais muito importantes: primeiro, criar uma ideia coerente do eu contra o *outro* (identificado com o Islã), o que permitiria relativa unidade e harmonia na Europa. E em segundo lugar, sem o *Decreto das Três Ordens*, o sistema econômico feudal quase certamente teria explodido em mil pedaços (HOBSON, 2006, p.163).^[10]

Não é demais ressaltar que a cristandade europeia teve, antes de mais nada, a finalidade de forjar arranjos para justificar as injustiças promovidas por um sistema político e econômico. Por consequência dessa articulação, fixou-se uma identidade dualistas que perpetrou por toda a tradição europeia, desembocando na “classificação racial” do período colonial e no “racismo implícito” configurado, mais tarde, pelo imperialismo britânico.

Por séculos, a Europa não passou de uma periferia enclausurada em seu medievalismo congênito. Ao contrário do que a história sustenta, as tecnologias navais, por exemplo, foram transmitidas para o Sul do continente cristão (e não inventadas pelos habitantes desta região) justamente pela proximidade territorial com o mundo muçulmano. Não por outro motivo, o Sul esteve à frente do norte europeu durante o período que se levou a cabo a colonização do continente denominado América.

A queda de Constantinopla e a ameaça dos otomanos foram os fatores que obrigaram os europeus a abandonarem seu prolongado enclausuramento medieval. Portanto, a identidade cristã foi responsável também pelas navegações europeias, as quais desembocariam na invasão e colonização do nosso continente. Em suma, na tentativa de frear o avanço turco otomano, os europeus saíram em uma espécie de *segunda cruzada* em busca do apoio dos cristãos do oriente, entre eles o fantástico rei negro da Etiópia: Preste João. Portanto,

[10] Tradução nossa. Na edição em espanhol: “[...] era sencillamente ‘voluntad de Dios’ que los campesinos estuvieran al servicio de los nobles y de los sacerdotes. De este modo, el catolicismo y la entelequia de la Cristiandad desempeñaron dos funciones sociales importantísimas: en primer lugar, crear una idea coherente del yo frente al otro (identificado con el Islam), que permitiera una unidad y una armonía relativas dentro de Europa. Y en segundo lugar, sin el Decreta de los Tres órdenes, el sistema económico feudal habría estallado casi con toda seguridad en mil pedazos”.

[...] a identidade cristã europeia deu origem às chamadas “viagens de descobrimento” – ou o que chamo de “segunda volta” das Cruzadas medievais – lideradas por Vasco da Gama e Cristóvão Colombo [...]. Quando os europeus chegaram às Américas, certas ideias cristãs os levaram a acreditar na inferioridade da população nativa do Novo Mundo e dos negros africanos. Esta situação, por sua vez, legitimou aos seus olhos a superexploração e repressão da população indígena e africana, bem como a apropriação do ouro e da prata da América, que por sua vez contribuíram para o desenvolvimento econômico da Europa das mais diversas formas. (HOBSON, 2006, p.47).^[11]

Aníbal Quijano oferece uma noção sintetizada de tal perspectiva. Para o sociólogo peruano: “Com a formação da América se estabelece uma categoria mental nova, a ideia de ‘raça’” (QUIJANO, 2014, p.758).^[12]

Como já mencionado, na abertura do presente texto, as bases do racismo evoluíram de uma versão do cristianismo que absorveu fortes elementos do pensamento helênico alterando por completo seu formato primitivo. Formulada, em um primeiro momento, pelos padres gregos de Alexandria e consumada pelos padres latinos (entre os mais importantes, Santo Agostinho), a cristandade permitiu que as ideias heleno-dualistas – a separação entre uma substância que é corpo e outra que é alma – contaminassem o cristianismo para sempre. E não foi senão esse o determinante para se formular uma “classificação racial”, iniciada no desafortunado outubro de 1492. Com a invasão dos europeus ao nosso continente corpo e alma (corpos sensualizados, *racializados*, logo não possuem alma) foram determinantes para a invenção das inferioridades raciais.

Em contrapartida, o cristianismo hebraico que, segundo Dussel fora sepultado no primeiro século depois de Cristo, era movido por outro entendimento antropológico.

[11] Tradução nossa. Na edição em espanhol: “[...] la identidad cristiana europea dio lugar a los llamados “viajes de descubrimiento” – o lo que yo llamo la “segunda ronda” de las Cruzadas medievales –, encabezados por Vasco de Gama y Cristóbal Colon [...]. Cuando los europeos llegaron a América, ciertas ideas cristianas los indujeron a creer en la inferioridad de la población nativa del Nuevo Mundo y de los negros africanos. Esta situación a su vez legitimó a sus ojos la superexplotación y la represión de la población americana nativa y de los africanos, así como la apropiación del oro y la plata de América, que a su vez contribuyeron el desarrollo económico de Europa de muy distintas maneras”.

[12] Tradução nossa. No original, em espanhol: “Con la formación de América se establece una categoría mental nueva, la idea de ‘raza’”.

Acreditava-se na *carne* como matéria da ressurreição e não em uma substância anímica que garantisse a eternidade. Portanto, a carne (não o corpo) era interpretada, pelos cristãos hebraicos, como uma totalidade desalmada. O corpo, tomado pela distinção da cor, configurou-se na divisão entre brancos e *racializados*. Desse modo, não é demais sustentar que a própria concepção de *corpo* é um grande equívoco, já que, segundo Dussel, o termo vem de uma má tradução da palavra *basar* que em hebraico significa carne, mas que fora traduzida como corpo pelos gregos.

2 A origem do dualismo

Gracias a la ontología griega subsume al cristianismo y nace el Occidente como el vector geopolítico de la nueva Roma: desde Parménides el ser es y el no ser no es. Esa es la tradición de la ideología imperial que es relanzada por la cristiandad latina el 1492 [...].

RAFAEL BAUTISTA.

A absurda ideia da divisão humana que atravessou o Atlântico no ventre da cristandade para (re)nascido no desafortunado outubro de 1492, gestou-se na ontologia de Parmênides (530 a.C. – 460 a.C.). O dualismo ontológico do filósofo natural da Eleia foi enunciado nos seguintes termos: “o *ser* é; o *não-ser* não é”. Em sua concepção, o *ser* é o sujeito da existência efetiva que se autodefine como plenamente humano por habitar um espaço privilegiado, a *pólis* grega.

Assim, o *ser* distingue-se do *não-ser* (o não humano), o qual se perde pelo outro lado da fronteira da helenicidade, para além do horizonte, onde consome-se em sua própria barbárie. O *não-ser*, por consequência, não é plenamente humano; pois, habita a exterioridade e não a *pólis*. Em resumo, esta perspectiva dualista, que forja ao mesmo tempo fronteiras e alteridades, é parte da crença em uma ontologia que contaminou o cristianismo, acompanhando-nos pelos mais de 500 anos de dominação ocidental.



Se por um lado o princípio da divisão humana foi demarcado nos limites da *polis* grega; por outro, a cosmopolita Alexandria foi responsável por compactar as mais diversas culturas. Em uma palavra, enquanto a *pólis* grega impunha muros e fronteiras que separavam os mundos, Alexandria, por sua vez, foi o espaço que os reuniu (ao menos os mundos das grandes civilizações).

Não de outra maneira, o pensamento helênico e o cristianismo fundiram-se em território alexandrino. Nas palavras de Enrique Dussel,

O Mediterrâneo teve uma grande capital intelectual no século II e no início do século III d.C. Trata-se de Alexandria, onde toda a filosofia helenística e romana, as correntes herméticas egípcias, as escolas iranianas, as florescentes e numerosas comunidades judaicas, as igrejas cristãs e até mesmo as influências hindus se reuniram.

Ou seja, a grande cidade do Delta do Nilo, com sua imensa biblioteca, foi o maior centro científico do mundo, abrangendo todas as civilizações existentes daquela época. Não é surpreendente que os importantes grupos cristãos tivessem seus professores mais atualizados com as novidades da filosofia. De fato, a Escola Cristã de Alexandria fundada por Panteno nasceu neste ambiente. O neoplatonismo originou-se pela presença do alexandrino Plotino. O diálogo entre o cristianismo e o helenismo era inevitável, e talvez fossem inevitáveis algumas confusões, pelo menos úteis para persuadir as gerações futuras do perigo dos sincretismos, das sínteses não homogêneas (DUSSEL, 1974, p.75-76).^[13]

Entre os cristãos gregos, sobretudo com Clemente de Alexandria, começou a ser difundida e assimilada a ideia de alma no cristianismo hebraico. Com este autor foi concebida a noção de corpo/carne, alma e espírito.

[13] "El Mediterráneo tenía una gran capital intelectual en el siglo II y comienzo del siglo III d. J.C. Se trata de Alejandría, donde fueron a conjugarse toda la filosofía helenística y romana, las corrientes herméticas egipcias, las escuelas iránicas, las florecientes y numerosas comunidades judías, las iglesias cristianas y hasta las influencias hindúes. Es decir, la gran ciudad del delta del Nilo, con su inmensa biblioteca, era el mayor centro científico del mundo, comprendiendo todas las civilizaciones existentes en ese entonces. No es extraño que las importantes agrupaciones cristianas tuvieran allí sus maestros más al corriente de las novedades de la filosofía. En efecto, nació en dicho ambiente la Escuela cristiana de Alejandría fundada por Panteno. El neoplatonismo se originaba por la presencia del alexandrino Plotino. El diálogo entre el cristianismo y el helenismo era inevitable, y quizá fueran igualmente inevitables algunas confusiones, útiles al menos para persuadir a las generaciones futuras del peligro de los sincretismos, de las síntesis no homogéneas".

Levando o sincretismo ao pé da letra, o ateniense Clemente de Alexandria inspirou-se na bíblia e em Platão. Ainda assim, não foi com ele que se definiu os novos rumos para a antropologia cristã. Embora tenha proporcionado importante abertura para que a premissa helênica contaminasse o cristianismo, nas concepções de Clemente ainda sobressaíam os entendimentos hebraicos.

Dessa forma, Dussel sintetiza com precisão, quando afirma que com o padre grego de Alexandria ainda: “Estamos na mais autêntica antropologia cristã, que conseguiu incorporar valiosos elementos da antropologia helênica, mas dentro de um horizonte estritamente semítico-cristão. [Em Clemente], [o] dualismo não esteve presente com toda a sua radicalidade” (DUSSEL, 1974, p.79)^[14]. Por esse motivo, Dussel classificou como “equilibrada” tal formulação antropológica. A concepção de uma substância anímica e de outra corpórea e, por conseguinte, o início mais evidente de um certo dualismo no cristianismo só viria

com Orígenes (filósofo aluno de Clemente e seu sucessor na direção da Escola alexandrina).

Orígenes de Alexandria inaugurou no cristianismo a ideia de que as almas são espécies de *anjos caídos*, as quais precedem a existência de todos os corpos. Em síntese, na perspectiva do principal discípulo de Clemente, as almas são entidades (semelhante aos anjos) que caíram em pecado e receberam o corpo como *castigo*. Portanto, na premissa origenista, os corpos não são mais que *prisões* de almas, ou de anjos castigados.

Segundo um texto de Epifânio resgatado por Dussel:

[Orígenes] diz que a alma humana preexiste, e que as almas são anjos e poderes superiores, que caíram em pecado e, por isso, estão aprisionados em corpos; que eles foram enviados por Deus para punir um pecado, a fim de receber um primeiro julgamento. Por isso, o corpo seria chamado de prisão, porque a alma está ligada ao corpo [...] (DUSSEL, 1974, p.88-89)^[15].

[14] Tradução nossa. No original, em espanhol: “Estamos en la más auténtica antropología cristiana, que ha sabido incorporar valiosos elementos de la antropología helénica, pero dentro de un horizonte estrictamente semito-cristiano. El dualismo no se ha hecho presente en toda su radicalidad”.

[15] Tradução nossa. No original, em espanhol: “[Orígenes] dice que el alma humana pre-existe, y que las almas son ángeles y potencias superiores, que han caído en el pecado, y, a causa de esto, están prisioneras en los cuerpos; que han sido enviadas por Dios para penar una culpa, para recibir así un primer juicio. Por esto el cuerpo se llamaría prisión, porque el alma está ligada al cuerpo”.

Desse modo, instaura-se com Orígenes as primeiras reais contradições na antropologia cristã. Ao defender a preexistência da alma chega-se à “primeira crise importante da compreensão cristã do homem, e a aceitação, [...], de um certo dualismo” (DUSSEL, 1974, p.80)^[16]. Embora mais tarde rejeitada pela Igreja Ortodoxa, tal formulação foi um ponto importante para a consolidação do pensamento helênico no cristianismo, reconfigurando seu sentido primitivo para sempre.

Como mencionado na seção anterior, não só o conceito de alma, mas também a palavra *corpo* foi responsável por definir a cosmovisão dualista na antropologia cristã. Assim sendo, falar em corpo remete-nos automaticamente à alma e, por consequência, à lógica dualista. A palavra *basar*^[17] (carne) cujo cristianismo hebraico a tomava por uma totalidade desalmada, recebeu da má tradução grega o sentido de soma (corpo), uma substância que se opõe à alma.

Além desse, outros vocabulários e interpretações inculcaram o dualismo helênico na tradição cristã. A noção dualista, portanto, começou a se esboçar, no cristianismo, determinada por dois fatores: a concepção platônica da alma; e as traduções gregas dos textos hebraicos cujo vocabulário trouxera grandes incongruências com relação ao cristianismo em sua versão primitiva. Não de outra maneira, a categoria humana, quando compreendida por dois elementos – uma substância anímica e outra corpórea – teve o seu sentido de carne (ou de unidade) comprometido.

Ao referir-se às interpretações da linguagem grega empregadas no cristianismo hebraico, Dussel atribui algumas notas que evidenciam os problemas forjados pelo uso do novo vocabulário,



[16] Tradução nossa. No original, em espanhol: “[...] la primer crisis importante de la comprensión cristiana del hombre, y la aceptación, [...], de un cierto dualismo”.

[17] Al comenzar a confundir de manera generalizada entre carne, en el sentido hebreo, y cuerpo, en el sentido griego, se cae en un error. Es decir, no se discierne entre el todo (carne) y una de sus partes (cuerpo) según la manera de distinguir de los griegos (DUSSEL. 1974, p.92).

Esse vocabulário era extremamente ambíguo e até perigoso porque incluía, indireta e inconscientemente, o dualismo típico da antropologia helênica, que havia sido objetivado na linguagem, no vocabulário vulgar e científico. Os padres têm diante dos olhos a estrutura da antropologia cristã, fundamentalmente na leitura e releitura do Antigo e do Novo Testamento, e agora se deparam com a situação de objetivar por escrito ou oralmente em sua pregação a estrutura antropológica hebraico-cristã na linguagem e na expressão filosófica indo-europeia, helenística e dualista. Repetidamente, não sem desvios muito mais graves como o de Orígenes, os Padres lembram que um é Deus, o criador, e um é o homem, composto de alma, corpo e espírito. A unidade, no entanto, permanece um pouco comprometida (DUSSEL, 1974, p.91-92)^[18]

Portanto, ademais do conceito de alma, o outro determinante para que o cristianismo caísse em entendimentos dualistas, foi a confusão que se instaurou pelo vocabulário grego, principalmente ao traduzir *carne* por *corpo*.

A contaminação helênica reconfigurou toda a antropologia cristã. No entanto, as distorções, causadas pelas “sínteses não homogêneas”, tomam maiores proporções no tocante à matéria da ressurreição. A incompatibilidade resume-se nos seguintes questionamentos levantados por Dussel:

[...] tendo utilizado as categorias interpretativas da ontologia helênica, foram introduzidas questões desnecessárias para a estrutura do pensamento hebraico-cristão, e com isso deve-se buscar agora a unidade de ambas as antropologias, sendo irreduzível em muitos níveis. Imortalidade da alma e ressurreição do corpo? Negatividade do corpo ou positividade de sua ressurreição? Esse tipo de oposição já é uma

[18] Tradução nossa. No original, em espanhol: “Dicho vocabulario era en extremo ambiguo y hasta peligroso porque incluía, indirecta e inconscientemente, el dualismo propio de la antropología helénica, que se había objetivado en la lengua, en el vocabulario vulgar y científico. Los padres tienen ante sus ojos la estructura de la antropología cristiana, fundamentalmente en la lectura y re-lectura del Antiguo y Nuevo testamento, y se encuentran ahora ante la situación de objetivar por escrito u oralmente en sus predicas la estructura antropológica hebreo-cristiana en lengua y en expresión filosófica indoeuropea, helenista, dualista. Una y otra vez, no sin desviaciones mucho más graves como la de Orígenes, los Padres recuerdan que uno es Dios, el creador, y uno es el hombre, compuesto de alma, cuerpo y espíritu. La unidad queda sin embargo un tanto comprometida”.

deformação, porque se confundiu o homem mortal que é "carne" com o "corpo" exclusivamente (DUSSEL, 1974, p.94-95).^[19]

Tais incongruências com relação à substância que garante a eternidade resultam em questões que jamais seriam resolvidas. Ao contrário, a ressurreição da carne, o corpo e a alma são elementos contraditórios que caminham lado a lado no decorrer de toda a tradição da cristandade.

A noção de corpo e de alma é levada adiante na tradição cristã e aprimorada pelos padres latinos. Com Quinto Septimio Tertuliano, aparece pela primeira vez um tratado antropológico cristão-latino: *De anima contra Hermogenem*. Para o autor, a alma procede de um "sopro de Deus" a qual, além de imortal, é também racional e *dominadora*. Dessa forma, com o padre latino de Cartago é instaurado, em tal tradição religiosa, o *ethos* da dominação.

Nas palavras de Dussel: "um *ethos* que ao longo do tempo vai gerar a chamada cultura ocidental que hoje se universaliza como dominação imperial" (DUSSEL, 1974, p.173).^[20] Em outras palavras, Tertuliano propõe uma inovação que marcará profundamente a cultura cristã que foi assimilada por toda a Europa ocidental e que perpetrou nos costumes do ocidente.

Contudo, é no moralismo de Santo Agostinho, sucessor das inovações de Tertuliano, que será admitida a necessidade moral de castigar o corpo para salvar a alma. Desse modo, foi com Santo Agostinho que a separação dualista (corpo e alma) recebeu maior grau de aceitabilidade nessa tradição religiosa. Em sua doutrina, o padre latino nascido em Hipona acreditou que o amor sexual (corporal) fosse "fruto do pecado original". Dussel sintetiza a doutrina do pecado original de Agostinho da seguinte forma:

[19] Tradução nossa. No original, em espanhol: "[...] habiéndose utilizado las categorías interpretativas de la ontología helénica se habían introducido cuestiones innecesarias para la estructura del pensamiento hebreo-cristiano, y con ello debía ahora pretenderse la unidad de ambas antropologías, siendo irreductibles en numerosos niveles. ¿Inmortalidad del alma y resurrección del cuerpo? ¿Negatividad del cuerpo o positividad de su resurrección? Este tipo de oposiciones es ya una deformación, porque se ha confundido una vez más el hombre mortal como "carne" con el "cuerpo" exclusivamente".

[20] Tradução nossa. No original, em espanhol: "[...] un *ethos* que con el tiempo generará la llamada cultura occidental que hoy se universaliza como dominación imperial".

[...] o corpo é a origem do mal, e então a sexualidade é negativa e o pobre Santo Agostinho acredita que o amor sexual é o fruto do pecado original. Arruinou-nos a sexualidade por séculos e séculos, o pobre era maniqueísta na época em que escreveu [...] essas estupidezes. Não era nem semita, nem cristão, era grego quando disse isso (DUSSEL, 2019, s/p).^[21]

A doutrina resume-se em castigar o corpo (negando os desejos, por exemplo) para salvar a alma cujo sentido se definia pela ideia disciplinar de pureza e da busca pela imortalidade. Por isso, “uma dupla questão forçava Agostinho a aceitar o dualismo sem reservas: sua doutrina do pecado original e a demonstração da imortalidade” (DUSSEL, 1974, p.179).^[22] Estas questões, foram, portanto, pertinentes para o padre de Hipona, limitando-o, desse modo, mais a um plano moral que filosófico.

Durante o primeiro milênio que seguiu à Santo Agostinho não surgiu nada de relevante no pensamento dualista da cristandade. Assim sendo, é possível atribuir ao padre latina de Hipona o mérito da consolidação dessa premissa ocidental que só receberá alguma inovação mais de mil anos depois com Descartes. Mesmo no renascimento carolíngio, iniciado no final do século VIII, “copiam-se as fórmulas cunhadas por Agostinho”. Avançando o período Medieval:

O século IX e grande parte do século X foram dois tristes séculos para o pensamento filosófico e antropológico [da cristandade]. Simplesmente não havia nada. E se algo começa a ser visto no final do século X, ainda não estamos diante de uma verdadeira renovação. A influência das hipóteses agostinianas tem primazia absoluta, e o dualismo volta a se instalar confortavelmente. [...] (DUSSEL, 1974, p.190-191).^[23]

[21] Tradução nossa. No original, em espanhol: “[...] el cuerpo es el origen del mal, y entonces la sexualidad es negativa y el pobre San Agustín cree que el amor sexual es el fruto del pecado original. Nos arruinó la sexualidad para siglos y siglos, el pobre era maniqueo en la etapa en que escribió [...] esas estupideces. No era ni semita ni cristiano, era griego cuando dijo eso”.

[22] Tradução nossa. No original, em espanhol: “Una doble cuestión impulsaba a Agustín a aceptar sin reservas el dualismo: su doctrina del pecado original y la demostración de la inmortalidad”.

[23] Tradução nossa. No original, em espanhol: “El siglo IX y gran parte del x fueron dos tristes siglos para el pensamiento filosófico, antropológico. No hubo, simplemente, nada. Y si algo se comienza a ver a fines del siglo x no estamos todavía ante una verdadera renovación. La influencia de las hipótesis agustinianas tiene primacía absoluta, y el dualismo vuelve a instalarse cómodamente [...]”.

Assim, não é demais afirmar que existe, para o ocidente, uma tradição milenar da cristandade; a qual segue uma linearidade, desde o acabamento de Santo Agostinho até a suposta secularização do dualismo com Descartes.

A partir do enunciado cartesiano (penso logo existo), a alma agostiniana, para todos os efeitos, converte-se em “razão”. Embora Aníbal Quijano acredite que, “a razão [cartesiana] não é somente uma secularização da ideia de ‘alma’ no sentido teológico, mas uma mutação numa nova identidade [...]” (QUIJANO, 2005, p.129), não houve secularização, tampouco mutação identitária. Ao contrário, deu-se continuidade àquilo que começou a ser gestado em Alexandria e melhor definido por Agostinho, ainda que com Descartes o dualismo tenha se escamoteado em um discurso chamado secular.



Em outras palavras, o suposto primeiro filósofo da modernidade não enunciou o *cogito ergo sum* do nada, mas sim, embasado nas premissas de Santo Agostinho o qual, de alguma forma, foi influenciado pelos preceitos origenistas.

Por isso, apesar da insígnia de secular ou de primeiro filósofo da modernidade (conforme atribuíra Hegel), Descartes não fez senão levar adiante toda a tradição de um cristianismo helênico melhor esculpido por Agostinho de Hipona. Dessa forma,

Muitos dos temas cartesianos já são explicitamente levantados em Agostinho. A natureza da substância da alma é diferente da do corpo. O corpo é essencialmente uma substância espacial extensa, sujeita a movimentos locais. [...] Em Agostinho foram lançadas as bases, firmes bases, para todo o dualismo ocidental subsequente, que, no entanto, era muito mais antigo do que Agostinho no próprio pensamento cristão latino (DUSSEL, 1974, p.180-181).^[24]

[24] Tradução nossa. No original, em espanhol: “Muchos de los temas cartesianos se encuentran ya explícitamente planteados en Agustín. La naturaleza de la substancia anímica es distinta de la del cuerpo. El cuerpo es por esencia una substancia espacial extensa, sujeto de movimiento local. [...] en Agustín se han echado las bases, firmes bases, de todo el dualismo occidental posterior, que, sin embargo, era mucho más antiguo que Agustín en el propio pensamiento cristiano latino”.

Para uma melhor compreensão, não é demais sustentar que Descartes recebeu seu único ensinamento formal em filosofia no colégio jesuíta de *La Flèche* do ano 1606 a 1615. O que o levou a praticar, disciplinadamente, a “rememoração dos *exercitatio animi* de Agostinho de Hipona” (DUSSEL, 2015, p.18).

Embora estudiosos da decolonialidade atribuam ao *cogito* (enunciado por Descartes) o início da perversidade dualista na cultura europeia, este fenômeno, como vimos, é mais antigo que o filósofo francês. Caso contrário, os jesuítas teriam sido cartesianos muito antes de Descartes. Portanto, o dualismo é parte da interpretação cristã de mundo, a qual nasce na ontologia de Parmênides e se estende à concepção cristã que separou a totalidade humana em corpo e alma.

A tradição da cristandade dualista desemboca nos ideais de Hegel, o qual sustentou que “a realização do cristianismo é função do povo germânico”.

Dessa soberba, consolida-se noções geopolíticas que, evocando o raciocínio ontológico de Parmênides, leva Hegel a construir (conceitualmente) a “história universal” e delimitar o mundo em um centro branco com os direitos (garantidos por Deus) para explorar às várias periferias não-brancas.

3 Uma cultura de dominação: racismo e geopolítica

La intención geopolítica de Hegel es explícita: “El mundo ha recibido esta idea del cristianismo”.

Además, para Hegel la realización del cristianismo (en realidad de la “Cristiandad”, diría Kierkegaard) es función del pueblo germano por la revolución del Iluminismo. La “voluntad libre”, horizonte ontológico originario y fundante de la totalidad de la política, es la del ego europeo, subjetividad conquistadora, dominadora e imperial desde el siglo XV.

ENRIQUE DUSSEL

Se no período colonial a lógica da separação entre o corpo e a alma foi o elemento que fundamentou a “classificação racial” (corpos de peles escuras e sensualizados, logo não possuem alma),

para, assim, justificar a subjugação e escravização de povos não europeus. Na atmosfera da Revolução Industrial europeia, o dualismo espacial, de modo semelhante ao que enunciara Parmênides em sua ontologia, foi retomado pelo discurso hegeliano que pretendia uma Europa como “o fim e o centro da história mundial”.

O projeto iniciado pelos românticos alemães (em especial Schlegel e Novalis) e consumado por Hegel como “história universal”, bifurcou o mundo em uma nova ordem cartográfica, fabricando um centro imperante sobre as várias periferias.

Esta posição eurocêntrica formulada pela primeira vez no final do século XVIII, com os “românticos” alemães e a “Ilustração” francesa e inglesa, reinterpretou toda a história mundial, projetando até o passado a Europa como “centro” e tentando demonstrar que tudo havia sido preparado na história universal para que dita Europa fosse “o fim e o centro da história mundial”, no dizer de Hegel (DUSSEL, 2007, p.143).^[25]

Desde então, calcada na “identidade do poder e da dominação”, a reconfiguração hegeliana da ontologia de Parmênides reformula o tema, agora (como interpretou Dussel): “o centro é; a periferia não é”. O centro é industrializado, branco e “desenvolvido”; enquanto a periferia é *racializada*, desindustrializada e subdesenvolvida.

Não foi senão no entusiasmo da industrialização europeia que Hegel – revertendo por completo a identidade inferior da Europa Medieval – encontrou o elemento que legitimaria a superioridade branca (ariana ou saxã). Portanto, foi a Revolução Industrial britânica, o acontecimento que demarcou a divisão do mundo entre aqueles que estão acima e os que se encontram abaixo dos Pirenéus. Assim, nas linhas fabris dos discursos dualistas que contagiaram o período,

[25] Tradução nossa. No original, em espanhol: “Esta posición eurocéntrica que se formula por primera vez a finales del siglo XVIII, con los “románticos” alemanes y la “Ilustración” francesa e inglesa, reinterpretó toda la historia mundial, proyectando hacia el pasado a Europa como “centro” e intentando demostrar que todo había sido preparado en la historia universal para que dicha Europa fuera “el fin y el centro de la historia mundial”, al decir de Hegel”.

[...] “fabrica-se” uma região geográfica com um sentido histórico pejorativo: o “Sul da Europa”, um lugar onde havia uma cultura “central” (na Grécia a dos gregos clássicos, na Itália a do Império Romano, na Espanha o recente, mas já derrotado, Império dos Habsburgos), mas o Espírito de Hegel já não repousa nessa “outra” Europa: “A África começa nos Pirenéus”, exclamou de Pauw, expressão que exprime bem a situação. É possível entender que essas “fabricações”, “invisibilizaram” definitivamente a América Latina até hoje (se a Espanha é parte da África, o que será a América Latina?)(DUSSEL, 2007, p.323-324).^[26]

Extrai-se, assim, da mesma ontologia do ser e do *não-ser*, além da separação racial, um novo sentido para a demarcação das fronteiras geográficas que dividem a humanidade entre o branco (norte-europeu) e o resto do mundo.

Não de outra maneira, a industrialização britânica, nas palavras de Enrique Dussel, “permitiu que a Europa experimentasse pela primeira vez ser o ‘centro’ da história planetária. Coisa que nunca havia sido!” (DUSSEL, 2007, p.280).^[27] Em síntese, foi esse sentimento de superioridade, provocado pela industrialização e pulsado no coração da Europa, que permitiu à Hegel (desde a Alemanha) construir uma pseudocientífica “história mundial”.

Invertendo a ordem espacial,^[28] Hegel conta a história de Leste à Oeste. Ou seja, enquanto a infância da humanidade seria a China; o Norte da Europa engendraria a fase adulta:



[26] Tradução nossa. No original, em espanhol: “[...] se ‘fabrica’ una región geográfica con sentido históricodespectivo: el ‘sur de Europa’, lugar donde hubo cultura ‘central’ (en Grecia la de los griegos clásicos, en Italia la del Imperio romano, en España el reciente pero ya derrotado Imperio de los Austrias), pero el Espíritu de Hegel ya no se posa sobre esa ‘otra’ Europa: ‘África comienza en los Pirineos’, exclamaba de Pauw, expresión que expresa bien el estado de la cuestión. Puede entenderse que estas ‘fabricaciones’, de paso, ‘invisibilizaron’ definitivamente a América Latina hasta nuestros días (si España es África, ¿qué será América Latina?)”.

[27] Tradução nossa. No original, em espanhol: “[...] permitió a Europa experimentar por vez primera ser el ‘centro’ de la historia planetaria. ¡Nunca lo había sido! [...]”.

[28] Por exemplo, a América, por estar ligada ao Oriente pelo estreito de Bering seria o extremo oriente do extremo oriente e não o extremo ocidente, sucedendo o Atlântico como consta na cartografia moderna.

Segundo Hegel, do mesmo modo que o Sol corre do oriente para o ocidente, o Estado ou Ideia Universal vai passando do “despotismo teocrático”, intuitivo, da Mongólia e da China, à “aristocracia teocrática” da Índia, e à “monarquia teocrática” da Pérsia; Egito, por sua vez, consistiria em um ponto de transição entre Oriente e Ocidente. Todos estes estágios correspondem à primeira fase da humanidade, à que Hegel compara com a infância. A segunda fase, a adolescência da humanidade, é a da Grécia, quando pela primeira vez se produz uma liberdade ética. A terceira é a de Roma e o ponto final o mundo germânico (BERNAL, 1993, p.242).^[29]

Nessa linha de raciocínio, a América só viria depois para dar sentido à ideia do “descobrimento”.^[30] Oficializa-se, a partir da premissa hegeliana,

uma espécie de cartografia dividida e fundamentada pelo “racismo implícito”,^[31] o que perpetrará até os nossos dias. Retomando a epígrafe que abre esta seção, vale reafirmar que “a intenção geopolítica de Hegel é explícita: ‘o mundo recebeu essa ideia do *cristianismo*’.

Não obstante, a Europa nunca foi centro de nada. Na verdade, os europeus tardaram para ter acesso às tecnologias que haviam séculos, ou até milênios, já dispunham os muçulmanos, os asiáticos e até mesmo os povos originários do suposto Novo Mundo. Não por outro motivo, os “descobridores” europeus atravessaram o Atlântico em embarcações de origem muçulmana ou chinesa^[32] e com mapas elaborados pelos chineses.

[29] Tradução nossa. Na edição em espanhol: “Según Hegel, del mismo modo que el Sol corre de oriente a occidente, el Estado o Idea Universal va pasando del “despotismo teocrático”, intuitivo, de Mongolia y China, a la “aristocracia teocrática” de la India, y a la “monarquía teocrática” de Persia; Egipto, por su parte, consistiría un punto de transición entre Oriente y Occidente. Todos estos estadios corresponden a la primera fase de la humanidad, a la que Hegel compara con la infancia. La segunda fase, la adolescencia de la humanidad, es la de Grecia, cuando por primera vez se produce una libertad ética. La tercera es la de Roma y el punto final lo pone el mundo germánico”

[30] A inversão, no entanto, dá-se por completa, já que a América está ligada, pelo estreito de Bering, formando o extremo oriente do extremo oriente e não como parte do extremo ocidente, localizada após o Atlântico como ilustra a cartografia moderna.

[31] “[...] el racismo implícito fue construido durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX. [...] el racismo implícito sitúa la “diferencia” en criterios culturales, institucionales y ambientales [...] encarna en gran medida una relación de poder racista que comprende la superioridad de Occidente y la inferioridad de Oriente” (HOBSON, 2006, p.295).

[32] “[...] toda la tecnología y todas las técnicas náuticas y navales que hicieron posible el viaje de Vasco de Gama habían sido inventadas (y desde luego ulteriormente perfeccionadas) o en China o en el Oriente Medio islámico. Dichas técnicas y tecnologías fueron asimiladas después por los europeos, tras difundirse a lo largo y ancho de la economía global a través del Puente del Mundo musulmán” [...] (HOBSON, 2004, p.43).

Até o ano de 1423, as expedições que partiam da China haviam cartografado o mundo inteiro.^[33]

Mesmo depois da invasão e das pilhagens no continente que em 1507 o alemão Martin Waldseemüller chamou de América, os europeus entraram no comércio mundial apenas como consumidores, escoando para o mercado chinês boa parte da prata saqueada das minas do Novo Mundo que iam de Zacatecas à Potosí. Pois, até bem entrado o século XIX não tinham outro produto para oferecer à China (centro do comércio mundial daquele então) senão o ópio roubado da Índia.

Ainda assim, na epiderme da narrativa eurocêntrica, tudo foi Revolução Industrial, a virtude do trabalho do *branco* sobrepôs-se às virtudes de outros povos. Porém, a industrialização europeia consistiu menos em trabalhar o ferro e o aço do que em forjar narrativas e fabricar o *outro* das dimensões periféricas.

Desse modo, cada vez que se celebrou a lógica ocidental de civilização e progresso, foi lançado à margem o lado *racializado* do mundo.

Para isso, foi preciso ignorar, em meio aos discursos eurocêntricos, o fato de que só no ano de 1078, a China produziu 125.000 toneladas de ferro, coisa que toda a Europa somada não pôde produzir até o século XVIII. Ademais, poucos disseram que dos anos 500 a 1800 – durante boa parte do período que a Europa submergia no feudalismo – a China foi um dos países mais atuantes (ainda que não o único) naquilo que Hobson denominou de *globalização oriental*.^[34] Mesmo muito antes das datas assinaladas acima, o país asiático já produzia aço, segundo Temple (1988, p.12), desde o século II a.C. Assim como o primeiro objeto de ferro fundido que foi encontrado na China, datou do ano 513 a.C. (HOBSON, 2004).

O ferro, o aço e outras produções de qualidade industrial como a tecelagem

[33] “[China] hasta comienzo del siglo XV había tenido una experiencia de navegación oceánica y cartografiado el mundo, a tal punto, que los llamados “descubrimientos” europeos no serían sino “reconocimientos” de geografías ya conocidas y cartografiadas – con proximidad de tres kilómetros de las costas reales – hasta 1423 por los chinos [...]” (DUSSEL, 2004, p.7).

[34] “[...] a partir del año 500 persas, árabes, africanos, javaneses, judíos, indios y chinos crearon y mantuvieron hasta más o menos el año 1800 una economía global, a través de la cual las grandes civilizaciones del mundo permanecieron en todo momento en contacto (de ahí la expresión globalización oriental)” (HOBSON, 2006, p.57).

(cujas máquinas que fiavam seda entraram na Europa pela Itália e chegaram ao condado de Lancashire já adaptadas para o algodão), do mesmo modo que a imprensa, surgiram pela primeira vez na humanidade em território chinês. Ou seja, tanto a industrialização, quanto a imprensa tiveram suas origens na China, ou senão, na Ásia oriental.^[35] Hobson reitera que: “A partir de 1700, as grandes tecnologias e as ideias que aceleraram as revoluções agrícolas e industrial da Grã Bretanha foram transmitidas da China [...]” (HOBSON, 2006, p.43-44).^[36] Vale frisar que boa parte da transmissão das “carteiras de recursos” do país asiático para a Europa, foram possibilitadas por intermédio dos jesuítas.

Contudo, tomando atalhos duvidosos, a Europa encurtou a distância que a separava do oriente em termos tecnológicos. Assim, a Guerra do Ópio foi o determinante para a escalada europeia até o centro do comércio mundial, e, conseqüentemente, a derrocada da China.

Ao contrário do que afirmam os historiadores, não foi o algodão Lancashire, mas sim, o tráfico de droga que viabilizou a entrada da Grã Bretanha no interior do mercado chinês. Portanto, “Durante a primeira metade do século XIX, [...], o ópio foi ‘a única via de entrada factível do Ocidente no mercado da China’” (ARRIGHI, 2008, p.344). O que se confirma pelo fato de que em 1828, mais da metade da exportação britânica para a China, ou mais precisamente 55%, foi baseada no tráfico da droga (HOBSON, 2006, p.361). Quando as autoridades chinesas redobram os esforços para conter a entrada do produto ilícito no país, eclodiu a Guerra do Ópio com a finalidade de defender o narcotráfico britânico.

Portanto, levando em consideração a tradição de se prosperar com base na destruição de qualquer forma de vida que em seu entendimento seja inferior, não é difícil compreender que – devido a uma economia impulsionada pelos saques aplicados no nosso continente, mas também na Índia –,

[35] “Lo que sí sabemos es que los orígenes de la imprenta se remontan directamente a la China del siglo VI y la Corea de comienzos del XIV [...]” (HOBSON, 2006, p.248-249).

[36] Tradução nossa. No original, em espanhol: “A partir de 1700, las grandes tecnologías y las ideas tecnológicas que aceleraron las revoluciones agrícola e industrial de Gran Bretaña fueron transmitidas da China [...]”.

os cristãos europeus não hesitaram, quando assim o puderam, em investir pesadamente nos aprimoramentos tecnológicos cuja função era (e segue sendo) extinguir vidas em quantidades maiores. Tais tecnologias foram insufladas pela corrida armamentista empreendida por França e Grã Bretanha, durante as Guerras Napoleônicas. Um gênero de investimento que por mais que tiveram todas as condições, séculos antes, os chineses abdicaram de o fazer. Por esse motivo, “a China não [teve] como responder ao navio de guerra a vapor que num só dia, em fevereiro de 1841, destruiu nove juncos de guerra, cinco fortes, dois postos militares e uma bateria costeira” (ARRIGHI, 2008, 346-347).

É justamente nesse ponto que se divergem os entendimentos de mundo: o que para os chineses, com razão, parecia impensável; para os europeus foi a via mais rápida de ascensão. Sob tal perspectiva, Arrighi defende que “a força militar foi a *chave* para a sujeição da Ásia oriental ao Ocidente” (ARRIGHI, 2008, p.344). No entanto, a partir da leitura que o presente texto propõe, não é difícil deduzir que antes da força militar,

a *chave* para a subjugação do oriente teve mais a ver com a particular subjetividade europeia em determinar, segundo a lógica cristã/dualista, inferioridades humanas e liquidá-las.

Desse modo, o resultado dos avanços europeus em tecnologias voltadas para a destruição foi inaugurado (fora das fronteiras da Europa) em uma guerra cujo objetivo primeiro era defender o tráfico de droga, para assim, angariar a centralidade do comércio mundial. Instaurava-se, desde aí, uma nova lógica (fundamentada em guerras), a qual se intensificaria com os Estados Unidos, principalmente, da Segunda Guerra Mundial em diante.

Em contrapartida ao que a história oficial sustenta, antes da tentativa de conter o nazismo e o fascismo, os esforços empreendidos na Segunda Guerra estavam voltados para a disputa da centralidade do moderno sistema global, e somente por isso é possível chamar tal guerra de mundial. Desse modo, o país que saiu derrotado dessa disputa não foi senão a Grã Bretanha que perdeu sua centralidade para os Estados Unidos. Nesse sentido, Rafael Bautista argumenta que:

A geopolítica centro-periferia é o que se deduz da antropologia “civilizado-selvagem” ou, o que é o mesmo, “superior-inferior”. Por isso, ser e saber-se como centro é a determinação conclusiva do kratos da política moderna. Só assim a primeira e a segunda guerras são entendidas como guerras mundiais, pois a disputa básica consistia em quem se tornaria o centro hegemônico mundial (o argumento da superioridade ariana do nazismo não é uma ideia arrivista, mas a crença básica na superioridade ocidental). É nesse sentido que essas guerras entre potências são uma questão de sobrevivência, porque mesmo sendo uma potência não é uma garantia se você não for também um centro; ou seja, todos tentam escapar da fatalidade de se tornar periferia: a geopolítica centro-periferia não admite outra possibilidade e o tornar-se centro não é algo que possa ser compartilhado (BAUTISTA, 2019, p.302).^[37]



Como já sustentado no desenrolar deste texto, a geopolítica tem como seu pano de fundo o racismo, fenômeno intrínseco à cosmovisão dualista da cristandade. No entanto, o Japão (país não-branco e não-cristão) só pode emergir, ao lado dos Estados Unidos e Alemanha, como potência capitalista do pós guerra, por um lance estratégico.

Durante a Guerra Fria era necessário, para os Estados Unidos (o novo centro), países que pudessem conter a ameaça das grandes potências comunistas. Desse modo, foi imprescindível um Japão que fizesse frente à China e uma Alemanha que pudesse barrar o avanço soviético. A grande incoerência desse novo desenho geopolítico consistiu justamente no fato de os países que rivalizaram contra os aliados serem os mesmos que saíram vitoriosos ao lado da nova hegemonia imperialista.

[37] Tradução nossa. No original, em espanhol: “La geopolítica centro-periferia es lo deducido de la antropología “civilizado-salvaje” o, lo que es lo mismo, “superior-inferior”. Por eso, ser y saberse centro es la determinación concluyente del kratos de la política moderna. Sólo de eso modo se entienden la primera y la segunda guerra como guerras mundiales, porque la disputa básica consistía en quién se constituía en centro hegemónico mundial (el argumento de la superioridad aria del nazismo no es una idea advenediza sino la creencia básica en la superioridad occidental). Es en ese sentido que, aquellas guerras entre potencias, son asunto de sobrevivencia, porque hasta ser potencia no es garantía si no se es, también, centro; es decir, todas tratan de escapar a la fatalidad de constituirse en periferia: la geopolítica centro-periferia no admite otra posibilidad y constituirse en centro no es algo que se pueda compartir”.

Uma articulação que comprova que os verdadeiros motivos por trás dos confrontos entre as potências brancas, eram, como afirma Bautista na citação acima, uma disputa pela centralidade do sistema geopolítico moderno.

Considerações finais

Longe de ser apenas um problema interno e de convívio social, o racismo foi responsável por engendrar a geopolítica moderna. A bifurcação do mundo em centro e periferia, originou-se de um sistema “universal” com base na ideia de superioridades e inferioridades humanas mensuradas pela cor da pele. Entendimento que legitimou a exploração de continentes inteiros, levando seus habitantes a mais profunda miséria. Desse modo, não é demais afirmar que o ocidente cristão se fortaleceu de suas enfermidades e as entregou para que o resto do mundo as resolvessem como se essas fossem problemas de toda a humanidade.

Portanto, o que se inaugurou com a modernidade (ou a *colonialidade*) não foi um projeto de emancipação para o mundo.

Pelo contrário, foi o começo da ascensão (e não a efetiva ascensão) de um continente periférico que, nutrido por uma subjetividade dualista e pelo *ethos* da dominação, não pôde promover outra coisa senão violência; classificação racial; pilhagens; extrativismo; escravidão; *surrupio* epistêmico; racismo e, principalmente, guerras. Configurando-se, por fim, em meados do século XIX, em uma Europa presumida como o centro do comércio mundial e dos avanços tecnológicos, protagonismo que, como vimos, pertenceu a China até o ano de 1800.

Se o cristianismo promoveu entendimentos racistas que serviram para legitimar a dominação e a exploração dos povos não-brancos e não-cristãos, urge combatê-lo em sua raiz. Em outras palavras, é preciso dismantelar a versão do cristianismo que absorveu fortes elementos do pensamento helênico. Embora este texto sustente que o racismo seja um fenômeno intrínseco à identidade cristã europeia, a intensão não é provocar qualquer tipo de intolerância,

ou mesmo invalidar determinada fé religiosa, mas sim, fomentar debates acerca das ideias que configuraram o dualismo e a identidade dominadora na cosmovisão cristã. Sendo assim, o que propomos aqui foi desnudar do manto sagrado as enfermidades que nos acompanharam pelos mais de 500 anos de *colonialidade*. Enfim, para superarmos a absurda ideia que dividiu a humanidade pela cor da pele é necessária uma inspeção cuidadosa, e também crítica, ao mais sagrado que acreditamos possuir.

REFERÊNCIAS:

ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. Tradução: Beatriz Medina. Reimpressão da 1ª edição. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2008.

BAUTISTA, R. El tablero del siglo XXI: Geopolítica des-colonial de un nuevo orden post-occidental. La Paz: el taller de la descolonización, 2019.

BERNAL, M. Atenea Negra: las raíces afroasiáticas de la civilización clásica. Traducción castellana de Teófilo de Lozoya. Primera edición en español. Barcelona: EDITORA CRÍTICA, 1993.

DUSSEL, E. 14 Tesis de Ética Desarrollo de la Ética de la Liberación - Dr. Enrique Dussel, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dni4elVG5TA>. Acesso em 24/09/2022.

DUSSEL, E. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. Revista filosofazer. Passo Fundo, n 46, 11-44, jan./jun. 2015.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DUSSEL, E. China 1421-1800: razones para cuestionar el eurocentrismo. In: El crepúsculo del eurocentrismo. Archipiélago: Revista cultural de nuestra América. (ORG) Enrique Dussel, Gustavo Vargas, Carmen Rojas. México, 2004.

DUSSEL, E. 1492: el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural Editores, 1994. UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación.

DUSSEL, E. Filosofia da libertação. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1977.

DUSSEL, E. El dualismo en la antropología de la cristiandad: desde el origen del cristianismo hasta antes de la conquista de América. Buenos Aires: Editorial Guadalupe, 1974.

HOBSON, J. Los Orígenes Orientales de la Civilización de Occidente. Traducción castellana de Teófilo de Lozoya. Edición en español. Barcelona: EDITORIAL CRÍTICA, S.L., 2006.

QUIJANO, A. "Raza", "etnia" y "nación" en Mariátegui. In: Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires : CLACSO, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TEMPLE, R, K.G. El genio científico de China: lo que el mundo debe al gran país de Oriente en materia de ciencia y tecnología. Madrid: EDITORIAL DEBATE, 1988.

